



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPINOSA

ESTADO DE MINAS GERAIS  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

## ANÁLISE E RESPOSTA A RECURSO ADMINISTRATIVO

### 1 - HISTÓRICO

PROCESSO Nº:	91/2022
REFERÊNCIA:	RECURSO ADMINISTRATIVO
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ESPINOSA-MG
RECORRENTE(S):	K. J. K. D. MENDES DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ. 36.104.318/0001-60

Trata-se de recurso administrativo interposto por **K. J. K. D. MENDES DISTRIBUIDORA LTDA**, inscrita no **CNPJ. 36.104.318/0001-60**, solicitando anulação do processo 91/2022, Pregão Presencial 29/2022 alegando irregularidades.

### 2 - DO CABIMENTO E TEMPESTIVIDADE

Após realização de sessão pública e análise de documentos de habilitação, no dia 29 de agosto de 2022, a empresa foi inabilitada, tendo ciência durante a sessão.

Nos termos do subitem 10.1 do Edital da licitação, em decorrência das decisões relacionadas com o presente certame, caberá "RECURSO, no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da intimação do ato, que neste caso, foi o dia da sessão julgamento de licitação.

No caso em tela, a decisão foi informada no dia 29 de agosto de 2022, de modo que o prazo fatal para interposição foi 01/09/2022.

Assim, resta cumprido o prazo estabelecido, sendo o recurso interposto **TEMPESTIVO**.

### 3 - DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Resumidamente, o recorrente apresentou os seguintes argumentos:

-Que a empresa **DROGAFONTE LTDA** solicitou ao Sr. Pregoeiro que primeiro abrisse os itens que a mesma iria participar pois a mesma precisava se retirar do local da licitação.

-Que a Recorrente se mostrou surpreso com a decisão do pregoeiro em julgar os itens aos quais a empresa participaria, alegando prestígio ao licitante em detrimento dos demais.

-Que houve benefício à empresa quando da abertura de seu envelope de habilitação após o julgamento de todos seus itens, o que feriria a Isonomia do certame.

-Que a partir daí houve uma sucessão de equívocos e ilegalidades se sucedem, culminando com a ação astuciosa da arrematante assinar uma Ata de Registro de Preços eivada de vícios.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPINOSA

ESTADO DE MINAS GERAIS  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

-Que a DROGAFONTE LTDA pôde escolher quais itens seriam julgados primeiro, tendo a habilitação sido realizada após o julgamento de seus itens.

-Que é sabido e consabido que a Administração Pública se submete ao princípio da legalidade, e, no processo licitatório, a atividade é totalmente vinculada a lei e ao instrumento convocatório, **eliminando margens de liberdade**. Ao menos é o que dispõe o art. 37, da Constituição Federal de 1988, e art. 30., da Lei 8.666 de 1993:

## 4 - DOS PEDIDOS

A Recorrente pede que a licitação seja anulada ou os atos, insuscetíveis de aproveitamento, invalidados.

## 5 - DO MÉRITO E CONTRARRAZÕES

Temos no caso em análise um conflito de princípios que norteiam a atuação da Administração pública, vejamos: 1. A Vinculação ao instrumento convocatório, Economicidade, AMPLA CONCORRÊNCIA e o princípio do formalismo moderado.

**1 - Que a empresa DROGAFONTE LTDA solicitou ao Sr. Pregoeiro que primeiro abrisse os itens que a mesma iria participar pois a mesma precisava se retirar do local da licitação.**

### Resposta:

De fato houve o adiantamento do julgamento dos itens da referida empresa, que apresentou proposta somente para 33 itens em um universo de 332 itens da licitação, tendo vencido no final, somente 08 destes itens.

Este tipo de atitude em nada fere a competitividade do certame, porém, antes de qualquer melhor explanação, trago à baila o excelente artigo retirado do site [gazen.com.br](http://gazen.com.br), como segue:

## O EXCESSO DE FORMALISMO NO ATO DE JULGAR

É consabido que o encadeamento excessivo burocrático nos procedimentos administrativos em geral e, especialmente em sede de procedimento licitatório, como regra, representa uma insegurança do agente público no tocante às normativas legais incidentes. Na dúvida criam-se formalidades dispensáveis as quais postergam ou mesmo afastam a efetividade na administração pública.

Em se tratando de julgamento licitatório não se pode sobrepor os meios aos fins, quando se transforma o competitivo em um concurso de obstáculos formais, onde vence o “**mais esperto**” e não a **MELHOR PROPOSTA**.

Não é esse o comando principiológico, nem ético-moral da licitação pública. Fácil é ver-se, pois, que as licitações públicas não podem servir de entremeios de armadilhas a dificultar seu objeto finalístico – auferir o melhor contrato ao interesse público através de amplo competitivo entre particulares.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPINOSA

ESTADO DE MINAS GERAIS  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O ato administrativo **julgador eivado de rigorismo** por vezes acarreta efeito contrário aos próprios fins buscados pela via licitatória - o da ampla competição entre particulares para a melhor oferta aquele contrato de interesse público.

O formalismo exacerbado revela sempre excesso de zelo, onde está a faltar a **razoabilidade** e a **proporcionalidade** indispensáveis aos atos administrativos.

Sabe-se, que o **princípio da razoabilidade** há também que ser observado nos decisuns, em especial no Direito Administrativo, como de resto em todo o Direito.

Diogo de Figueiredo Moreira Neto, assim se manifesta sobre a razoabilidade nas decisões administrativas, com a profundidade que lhe é peculiar:

*A superação do formalismo axiológico e do mecanismo decisorial fica a dever a lógica do razoável, que pôs em evidência que o aplicador da Lei, seja o administrador, seja o juiz, não pode desligar-se olímpicamente do resultado de sua decisão e entender que cumpriu o seu dever com a simples aplicação silogística da lei aos fatos.*

*À luz da razoabilidade, o Direito, em sua aplicação administrativa ou jurisdicional contenciosa, não se exaure num ato puramente técnico, neutro e mecânico; não se esgota no racional nem prescinde de valorações e de estimativas: a aplicação da vontade da Lei se faz por atos humanos.”.*

Nesse sentido, lapidares e oportunas às ponderações de Cintra, Grinover e Dinamarco, aplicáveis ao processo administrativo, que devem ser levadas em conta nas resoluções de questões como a questionada, verbis:

*“A experiência secular demonstrou que as exigências legais, quanto a forma devem atender critérios racionais, lembrada sempre a finalidade com que são impostas e evitando-se o culto das formas como se elas fossem um fim em si mesmas”.*

Já, o mestre do Direito Público, Celso Ribeiro Bastos, se pronuncia sobre a impossibilidade de uma solução rígida e eficaz, para adequadamente atender de modo perfeito à finalidade da lei, reforçando, sobremaneira, a sustentação desse princípio da razoabilidade:

*“Trata-se de importante princípio que hoje se estende a outros ramos do direito, inclusive na feitura das leis. Consiste na exigência de que estes atos não sejam apenas praticados com o respeito aos ditames quanto a sua formação e execução, mas que também guardem no seu conteúdo uma decisão razoável entre as razões que o ditaram e os fins que se procura atingir. O direito, aliás, é um instrumento que requer fundamentalmente a razoabilidade. (...) Eis por que tem que haver, razoabilidade, adequação, proporcionalidade entre as causas que estão ditando o ato e as medidas que vão ser tomadas. (...) É um princípio a informar todos os atos de exercício da potestade administrativa”.*

Compreende-se, então que os fins da conduta administrativa têm que ser dotados de razoabilidade e justiça e não necessariamente de rigor formalista, pois a desrazão da conduta afasta-a da juridicidade obrigatória para a Administração Pública, no cumprimento às suas finalidades de interesse público.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPINOSA

ESTADO DE MINAS GERAIS  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Já o princípio da proporcionalidade, traz consigo a indispensabilidade do ato administrativo estar revestido de uma ponderação específica, importando isso na proibição do excesso. Essa condição de proporção torna-se, assim, condição de legalidade.

O razoável é o veículo da ideia da proporcionalidade. Esse princípio está estampado na própria Lei das Licitações no seu art. 3º - como um dos princípios correlatos.

Há precedentes jurisprudenciais que amparam a não sobreposição dos meios aos fins em julgamentos licitatórios em geral. Ressalte-se no caso, o amparo legal a tal posição que deflui do §3º do art. 43 da Lei 8666/93:

*“Qualquer interpretação que seja feita deve sempre buscar a orientação por critérios lógicos, razoáveis. O Tribunal de Justiça do Estado julgou caso semelhante, onde restou examinada a questão de autenticação em fotocópias: “Permitido que a Comissão determine diligências, a fim de esclarecer ou complementar a instrução do processo, máxime se, quando da apresentação das propostas, é justificada a irregularidade (art. 43, § 3º da Lei 8666/93. Ademais, a mera ausência de autenticação em fotocópias não possui força para impedir a habilitação caso não se alegar ou justificar que o documento não corresponde ao original, ou demonstre que encerra inexistências. Mandado de Segurança denegado”.*

Inclusive vale transcrever partes do voto do ilustre Desembargador- Relator:

*“Na verdade, os documentos foram apresentados e a pretensa irregularidade não enseja falta de um dos requisitos para participar do certame.*

*“Este elemento é de realce, eis que o importante não é o formalismo por si mesmo, mas com o fim de considerar a autenticidade dos documentos.*

*“De outra parte, como se não bastassem os argumentos acima, de referir que o item 7.4 do edital não constitui causa de inabilitação ou desclassificação a irregularidade formal que não afete o conteúdo ou a idoneidade do documento.”*

Ou, conforme ensina a Profª. Sylvia Di Pietro:

*“em matéria de licitação, como o objetivo é o de atrair o maior número de interessados, deve-se adotar interpretação que favoreça a consecução desse objetivo, tirando-se qualquer margem de discricionariedade da Administração Pública no que diz respeito à possibilidade de rejeitar possíveis licitantes”. (in Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos, 22ªEd. Editora Malheiros.1995,p.112)*

Nesse quadro a exclusão de licitante por equívocos ou lapsos meramente adjetivos no contexto competitivo afronta a busca da melhor oferta. Nesse propósito, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que:

*“o procedimento licitatório há que ser o mais abrangente possível, a fim de possibilitar a escolha da proposta mais vantajosa. Não deve ser afastado candidato do certame licitatório por meros detalhes formais. No particular, o ato administrativo deve ser vinculado ao princípio da razoabilidade, afastando-se de produzir efeitos sem caráter substancial”.*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPINOSA

ESTADO DE MINAS GERAIS  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

No mesmo diapasão, a decisão proferida no Mandado de Segurança nº 5.606-DF, a cujo teor transcrevemos:

*“as regras do edital de procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a **participação do maior número possível de concorrentes**, a fim de que seja possibilitado se encontre, entre várias propostas, a mais vantajosa.”*

O Tribunal de Contas da União já firmou posição sobre o excesso de formalismo nos julgamentos de licitações:

*“o rigor formal não pode ser exagerado ou absoluto. Como adverte o já citado Hely Lopes Meirelles, o princípio do procedimento formal **não significa que a Administração deva ser formalista a ponto de fazer exigências inúteis ou desnecessárias à licitação, como também não quer dizer que se deva anular o procedimento ou julgamento, ou inhabilitar licitantes, ou desclassificar propostas, diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta...**”*

E seguem as decisões dos Tribunais, bem compreendendo a questão com a precisão devida, evitando-se a proliferação de decisões administrativas que sobrepõem os meios aos fins, contrariamente ao melhor direito:

*“**Não há nulidade sem dano, simples irregularidades não autorizam anulação, quando dessas irregularidades argüidas não resultou prejuízo**”*

*“Visa a licitação pública a fazer com que o maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes aos seus interesses. Em razão desse escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconstitucionais com a boa exegese da Lei devem ser arredados”*

*“A Lei nº 4.717/65 condiciona a declaração de nulidade dos atos administrativos a conjugação de dois requisitos: a irregularidade e a lesão ao Estado. Irregularidades formais - meros pecados veniais que não comprometem o equilíbrio entre os licitantes, nem causam prejuízos ao Estado - não conduzem a declaração de nulidade”.*

Então, se o julgamento deixou de considerar o sentido finalístico do instituto, e somente se ampara e rigor formal absolutamente despiciendo diante de provas documentais nos autos, fica comprovado é a desconformação à legalidade do decisor.

Ainda, tocantemente, a razoabilidade que deve nortear a aplicação da norma no caso em concreto, acrescente-se as advertências do insigne jurista Adilson Abreu Dallari:

*“Não deve o intérprete e aplicador do direito restringir-se ou satisfazer-se com a mera literalidade, mas deve sempre valer-se do método lógico sistemático ou da interpretação teleológica”*

Também, busca-se novamente aqui amparo na obra do brilhante jurista paranaense Marçal Justen Filho, que traça, com a precisão que lhe é peculiar, a linha de objetividade que deve nortear o julgamento das licitações:





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPINOSA

ESTADO DE MINAS GERAIS  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

*“O exame da admissibilidade da proposta faz-se tanto sob óptica formal como material, tendo em vista as exigências da Lei e do ato convocatório. Do ponto de vista formal, deve-se verificar se a proposta atendeu ao modelo devido. Ou seja, examina-se se contém aquilo que é obrigatório e se omitiu aquilo que é proibido, adotando a forma adequada. O exame formal deve ser formulado à luz do princípio fundamental de que a forma não é um fim em si mesmo”.*

O ato de interpretar qualquer dispositivo de lei, então, impõe ao intérprete o caminhar pelo percurso que se projeta a partir dela, visualizando teleologicamente os fins buscados pela mesma.

Não obstante, é importante lembrar que o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO já firmou posição sobre o excesso de formalismo nos julgamentos de licitações, vejamos:

*“(...) o rigor formal não pode ser exagerado ou absoluto. Como adverte o já citado Hely Lopes Meirelles, o princípio do procedimento formal não significa que a Administração deva ser formalista a ponto de fazer exigências inúteis ou desnecessárias à licitação, como também não quer dizer que se deva anular o procedimento ou julgamento, ou inhabilitar licitantes, ou desclassificar propostas, diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta...”*

Em julgado esclarecedor, o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO posicionou-se quanto a interpretação extremamente restrita do Edital, que afasta proposta mais vantajosa para Administração, quando uma simples intervenção corretiva poderia solver o problema.

*É indevida a desclassificação, fundada em interpretação extremamente restritiva do edital, de proposta mais vantajosas para a Administração, que contém um único item, correspondente a uma pequena parcela do objeto licitado, com valor acima do limite estabelecido pela entidade. Para o relator, o procedimento cabível, portanto, seria a correção do valor do item que dera ensejo à desclassificação da proposta da representante, o que importa no melhor atendimento do interesse público, por selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, sem desprezar a obrigatoriedade de vinculação ao instrumento convocatório.*

Assim, depreende-se que as Doutrinas majoritárias, Jurisprudências em diversos julgados, prezam pela AMPLIAÇÃO MÁXIMA DA CONCORRÊNCIA nas licitações, abrindo mão de rigorismos excessivos em benefício de princípios mais vantajosos a quaisquer órgãos públicos que se valem dos procedimentos licitatórios.

**2 -** Que a Recorrente se mostrou surpreso com a decisão do pregoeiro em julgar os itens aos quais a empresa participaria, alegando prestígio ao licitante em detrimento dos demais.

## **Resposta:**

Surpreso de verdade ficou o pregoeiro ao tomar conhecimento das alegações da Recorrente.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPINOSA

ESTADO DE MINAS GERAIS  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Não houve nem sequer a inversão de fases, já que o envelope de habilitação não foi aberto sem que antes fosse finalizado o julgamento das propostas.

Ocorre que, o adiantamento do julgamento dos itens da licitante foi realizado diante da consulta e anuência de TODOS os presentes na sessão de licitação, conforme registrado em ata, transcrito a seguir:

O representante da empresa **DROGAFONTE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR**, tendo concorrido com poucos itens, por solicitação própria e **anuência dos presentes**, teve o adiantamento do julgamento de seus itens. E tendo encerrado o julgamento dos referidos itens, com o conhecimento dos presentes foi realizada a análise de sua habilitação, tendo o representante se retirado da sessão tão logo finalizada sua habilitação.

O que causa estranheza é que o representante da empresa **RECORRENTE K. J. K. D. MENDES DISTRIBUIDORA LTDA**, mesmo tendo anuído anteriormente, só se mostrou contra o procedimento após ser questionado que ele, que é sócio desta empresa também é sócio em outra empresa participante, qual seja, **DROGARIA MENDES DE ESPINOSA LTDA**, o que supões uma espécie de retaliação pelo questionamento ou como se quisesse criar uma “carta na manga” no caso de futura desclassificação da empresa, onde poderia lançar mão de um pedido de anulação e concorrer novamente aos itens em futura licitação, conforme registrado em ata:

**Após a abertura do envelope da referida empresa**, o Sr. **KAYQUE JOSE KENTENICH DANTAS MENDES** **questionou que o envelope da empresa foi aberto durante o julgamento e não assinou os documentos**. O pregoeiro esclareceu que o envelope foi aberto após exaurido o julgamento de todos os itens da referida empresa, não sendo, portanto, atropelada a fase de julgamento.

Essa suposição do pregoeiro encontra força, na medida em que a própria empresa **K. J. K. D. MENDES DISTRIBUIDORA LTDA** já foi beneficiária deste mesmo procedimento quando participante de outro processo, qual seja: **PROCESSO: 54/2022 PREGÃO PRESENCIAL: 19/2022**, e não viu àquela ocasião nenhuma irregularidade em ter sua proposta julgada com antecedência, como registrado na ata daquela licitação, como segue:

## 9 - Da Ocorrências na Sessão Pública

**Os representantes das empresas K. J. K. D. MENDES DISTRIBUIDORA e CATTIA SALES** solicitaram sua retirada da sessão antes do término do julgamento de todos os itens do pregão, **considerando que os itens concorridos por estas empresas eram poucos e tiveram seu julgamento adiantados**. A retirada foi autorizada pelo pregoeiro, ficando estas empresas impossibilitadas de assinar esta ata e também interpor recursos.

**3 - Que houve benefício à empresa quando da abertura de seu envelope de habilitação após o julgamento de todos seus itens, o que feriria a Isonomia do certame.**

**Resposta:**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPINOSA

ESTADO DE MINAS GERAIS  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Dentre os diversos princípios da administração pública, o da ISONOMIA trata da igualdade de condições e tratamento entre os licitantes. Assim, é obrigação da Administração Pública não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também demonstrar que concedeu a todos os concorrentes aptos a mesma oportunidade

Partindo deste pressuposto, não há em que se falar em quebra da isonomia, considerando que TODOS os licitantes participantes concorreram em igualdade de condições em TODOS os itens aos quais ofertaram propostas, inclusive naqueles itens cotados pela empresa **DROGAFONTE**, sendo que dos 33 (trinta e três) itens ofertados pela empresa, a mesma sagrou-se vencedores em apenas 08 (oito), ficando os demais com as outras empresas concorrentes. Mostrando que a disputa ocorreu de forma irretocável e inquestionável.

**4 - Que a partir daí houve uma sucessão de equívocos e ilegalidades se sucedem, culminando com a ação astuciosa da arrematante assinar uma Ata de Registro de Preços eivada de vícios.**

## Resposta:

Com exceção dos atos registrados em ata a pedido do representante da empresa, nenhum outro ato foi questionado, o que poderia ser feito em tempo, fazendo-se registrar.

Não há como se dizer que os atos culminaram em assinatura de ata de registro de preços, visto que o referido instrumento nem é emitido nesta fase da licitação.

**5 - Que a DROGAFONTE LTDA pôde escolher quais itens seriam julgados primeiro, tendo a habilitação sido realizada após o julgamento de seus itens.**

## Resposta:

O fato ocorreu com a anuência de todos, inclusive do Recorrente. Não há no ordenamento jurídico nenhuma informação de que o julgamento dos itens deve ser sequencial no Pregão presencial.

Inclusive, no Pregão presencial é comum algum licitante solicitar um tempo para fazer cálculos em determinado item da licitação e o pregoeiro segue julgando os demais, voltando em seguida ao item anterior em nome da economicidade e celeridade processual. Isso em nada interfere no julgamento e na busca da melhor proposta.

Por este motivo, o pregoeiro considera também, sempre o princípio da RAZOABILIDADE nessas situações.

Tendo a empresa apresentado proposta para 33 itens, o pregoeiro não entende como razoável fazer a empresa esperar o julgamento de 332 itens para que seja liberado.

Inclusive, a adoção de atitudes como esta poderia até mesmo afastar os concorrentes nas próximas licitações, visto que, existem empresas que vem de cidades distantes para concorrer em somente 1, 2 ou 3 itens da licitação. Não adiantar esse julgamento, seria forçar o licitante de maneira inadmissível a assistir à sessão até o final, quando





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPINOSA

ESTADO DE MINAS GERAIS  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

aquele se interessa em 1 ou 2% da licitação, sendo que esta sessão, por exemplo durou cerca de 10 horas.

Tendo aproximadamente 15 pessoas dentro de uma sala, confinados, em um cenário de pós-pandemia, ainda que com os devidos cuidados, este pregoeiro sempre considerará a possibilidade de liberar os licitantes quando solicitado, dentro da legalidade, porque não acha nada razoável prendê-los sem necessidade, sendo que seus itens já foram 100% julgados.

**6 -** Que é sabido e consabido que a Administração Pública se submete ao princípio da legalidade, e, no processo licitatório, a atividade é totalmente vinculada a lei e ao instrumento convocatório, **eliminando margens de liberdade**. Ao menos é o que dispõe o art. 37, da Constituição Federal de 1988, e art. 3º., da Lei 8.666 de 1993:

## Resposta:

Conforme artigo retirado do site [jus.com.br](http://jus.com.br), a distinção entre princípios e regras mostra-se importante ferramenta na busca pela resolução de problemas que surgem na aplicação do Direito Administrativo e dos Direitos Fundamentais como um todo.

*Em linhas gerais, podemos dizer que os princípios possuem um campo normativo mais abstrato, com finalidades a serem alcançadas, ao passo que as regras traçam comandos determinados, ou seja, possuem um campo de atuação menos abstrato (ALEXANDRE, 2015).*

Assim, alinhando-se a doutrina moderna, podemos reconhecer de um lado a normatividade dos princípios e de outro a relevância das regras para regularem situações determinadas.

Destarte, todos os princípios são dotados de abstração e devem ser vistos como comandos normativos genéricos. Essa característica dos princípios é que nos leva a ponderação no momento de aplicação diante de eventual tensão, de modo que, havendo choque entre princípios deve-se avaliar qual deles vai preponderar naquela situação específica sem que isso signifique a nulidade do princípio afastado.

**Assim, não existem princípios absolutos**, o juízo de ponderação faz todos os princípios coexistirem de maneira não hierarquizada, sem se invalidarem diante da aplicação deste ou daquele, de modo que aquele comando afastado continua a desfrutar de sua força normativa podendo prevalecer noutra situação.

*Em outras palavras, um princípio gera um rol de alternativas e não uma solução única, competindo ao Administrador escolher, por ocasião de sua aplicação, dentre diversas opções. Sua aplicação advém de um processo de ponderação que é inerente à sua natureza genérica e abstrata, sem significar invalidade (JUSTEN FILHO, 2016).*

Por outro lado, as regras se caracterizam pela sua concretude, ou seja, trata-se de mandamentos que contêm determinações exatas sobre o plano fático e jurídico. As regras não permitem a ponderação, isto é, o conflito entre elas é dirimido no plano da validade, através da aplicação dos seguintes critérios: a) hierárquico, onde regra superior hierarquicamente prevalece sobre regra inferior; b) cronológico, onde regra



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPINOSA

ESTADO DE MINAS GERAIS  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

posterior prevalece sobre regra anterior; e, c) da especificidade, onde regra especial prevalece sobre regra geral.

Assim, se uma determinada regra é aplicada ao caso concreto deve se fazer exatamente o que ela determina, atribuindo-se a outra o caráter de nulidade, impingindo pela lógica chamada pela doutrina como do “tudo-ou-nada”.

Desta forma, ainda que o princípio da vinculação ao instrumento editalício exista, este não invalida ou se sobrepõe os demais, como Razoabilidade, Moralidade e Eficiência, entre outros, por exemplo, devendo cada caso ser analisado conforme situação.

Não houve apresentação de contrarrazões para este recurso.

## 6 - DECISÃO

Posto isto, com esteio nos preceitos normativos acima expostos, considerando decisões como segue:

***“Não há nulidade sem dano, simples irregularidades não autorizam anulação, quando dessas irregularidades argüidas não resultou prejuízo”***

*“Visa a licitação pública a fazer com que o maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes aos seus interesses. Em razão desse escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconsistentes com a boa exegese da Lei devem ser arredados”*

*“A Lei nº 4.717/65 condiciona a declaração de nulidade dos atos administrativos a conjugação de dois requisitos: a irregularidade e a lesão ao Estado. Irregularidades formais - meros pecados veniais que não comprometem o equilíbrio entre os licitantes, nem causam prejuízos ao Estado - não conduzem a declaração de nulidade”.*

Então, se o julgamento nunca deixou de considerar o sentido finalístico do instituto, e desprende-se de rigor formal absolutamente, fica comprovado que se alcançou o objetivo do processo até a fase atual.

Assim, opino pelo CONHECIMENTO DO RECURSO interposto, sem julgamento do pedido, no sentido de que o pregoeiro não detém de competência legal para decidir sobre anulação de procedimento licitatório, mas registrando entendimento contrário ao pedido da Recorrente, visto que não há qualquer dano ou prejuízo que dê fundamentos ao Recorrente.

Assim, mantenho a decisão registrada durante a sessão e encaminho o expediente para a autoridade competente, o Sr. Prefeito Municipal para deliberação.  
Espinosa-MG, 08 de setembro de 2022.

Ronildo Hélio de Oliveira  
Pregoeiro